



A INTERIORIDADE EM SANTO AGOSTINHO

Edson Abrantes Procedino Júnior¹

Resumo: Interioridade é um conceito fundante em Santo Agostinho e, valioso para a compreensão do homem nas dimensões do desejo, busca do conhecimento e felicidade. Ou, como por vezes coloca o filósofo patrístico, a busca pela beatitude. Investigar o que é a interioridade é compreender quem é essa criatura interpelada por homem, é voltar-se a si mesmo como modo de fazer filosofia, e para isso, faz-se importante compreender o papel da razão e da memória em Santo Agostinho, o qual o presente artigo dissertará sinteticamente sobre.

Palavras-chave: interioridade, conhecimento, Santo Agostinho, beatitude.

Introdução

Agostinho escreveu extensamente sobre temas relacionados a epistemologia, tais como: ceticismo, cognição intelectual e sensorial, refutação, autoconhecimento, crenças, ideias inatas, memória, entre inúmeros outros.

Para o presente autor as formas de compreensão se dariam por dois modos substanciais: o conhecimento e a sabedoria. O conhecimento seria dado por um engajamento prático da mente com o mundo, e a sabedoria estaria atrelada a contemplação mais difícil, porém, possível da verdade eterna.

A mente teria essa faculdade de perceber por meio de si mesma faculdade essa chamada de conhecimento íntimo, uma forma de conhecimento cognitivo imediato, imune ao erro, posto que atrelada a intuição, um conhecimento que se apresenta pronto apesar de que de difícil elaboração. Um exemplo desse fenômeno seria o “saber que estamos vivos”. Essa é uma forma de conhecimento íntimo e, além disso, a alma traz conhecimentos de si e de seu relacionamento com a verdade, o fazendo através dessa verdade inicial que se revela de modo íntimo. (AGOSTINHO, 2020, X:10,17)

¹ Licenciando do Curso de Filosofia da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).

Posto isto, compreende-se que, a *interioridade*, destaca-se na teoria epistemológica agostiniana porque nela residiria a verdade e nela ocorre o acesso a ela, além de também à felicidade. Contudo, para o conhecimento ser acessado na interioridade, faz-se mister explicar onde reside a interioridade, o que ela é, e qual o papel da razão e da memória para alcançar o conhecimento interior.

O contexto de Agostinho de Hipona

Santo Agostinho nasceu na cidade de Tagaste no território atualmente composto pela Argélia, na época, sob domínio do Império Romano, no ano de 354 e falecendo no ano 430. Portanto, nasce na segunda parte do século IV e morre na primeira parte do século V, em um contexto evidentemente cristão e posterior à filosofia dos Padres Apostólicos.

A filosofia apostólica fora desenvolvida nos séculos I e II, no qual filósofos desenvolveram os ensinamentos ligados à vida de Jesus Cristo, sendo Paulo de Tarso um dos nomes mais importantes deste período. Esse último, escrevera epístolas que encontravam-se inclusas no novo testamento. Já a filosofia apologista fora desenvolvida entre os séculos III e IV, e como o próprio nome sugere, estava ligada com a ideia de enaltecimento e defesa de um ideal em relação à fé cristã, utilizando argumentos e figuras de linguagem para dialogar com os gregos adeptos da filosofia greco-romana além de outros sujeitos ou o próprio povo leigo.

Santo Agostinho estaria inserido no período da filosofia patrística, onde buscava-se estabelecer as bases de um pensamento cristão que convencesse os fiéis e, mais do que isso, desse base para a formulação teórica do cristianismo. Entre os principais apologistas, temos Justino e Tertuliano. Agostinho posicionou-se como um defensor da tese de Justino: de que a filosofia grega antiga, mesmo sendo pagã, forneceria um meio de compreensão de questões fundamentais para o cristianismo. Com tal ideia de diálogo entre fontes, Agostinho tornou-se um dos “pais” da Igreja, sendo um importante nome da filosofia patrística, marcando a transição entre a filosofia antiga para a medieval.

Para explicar o que venha ser a interioridade e demonstrar o movimento introspectivo em Agostinho, haja vista essa ser uma experiência tão íntima e pessoal, Agostinho opta a usar ferramentas como a metáfora que nos ajudam a traduzir um movimento que, para ele, constitui o fim do homem e o leva não só a verdade, mas a

Deus, onde o último claramente “*fizeste-nos para ti, e inquieto está o nosso coração, enquanto não repousa em ti*” (AGOSTINHO, 2020, I:1,1).

O filósofo assim o faz dado a dificuldade de encontrar palavras (signos), que melhor traduzam e ajudem a definir aquilo que é a experiência mais íntima e profunda do ser humano, lembrando que, para o referido autor, o conhecimento do signo (palavra) tem como finalidade o conhecimento da própria *coisa* (“*res*”) e, portanto, o conhecimento das coisas seria nesse sentido superior ao conhecimento dos signos, mas não necessariamente melhor. Contudo, mais importante demonstrando certa:

Estratégia *pendular*, segundo a qual a experiência da finitude deve ser um signo de Deus, visa a combinar a caracterização de Deus como absoluto (pátria) com a compreensão de sua presença (caminho). O pêndulo entre um e outro aspecto exige e permite a compreensão de que a natureza e a identidade do homem só podem ser verdadeiramente encontradas alhures, isto é, em Deus (NOVAES, 2009, p. 167).

Quando busca traçar o caminho para tal movimento introspectivo, Agostinho visa interpretar o lugar do homem na hierarquia do mundo tendo a confissão como uma ferramenta que aduz a um objetivo de investigar o homem e por consequência, o mundo, seguindo uma ordenação voltada para Deus, tendo a alma humana como centralidade. Buscaremos esclarecer tais hierarquias para ficar mais claro qual o “caminho” a ser percorrido nesse movimento pendular, que caracteriza o que seja interioridade em Agostinho.

Nesse sentido, Agostinho discorre sobre o sentido externo ou mundo material:

Que amo então, quando amo o meu Deus? Quem é aquele que está acima de minha alma? Pela minha própria alma subirei até ele, ultrapassarei a força que me prende ao corpo e vivifica meu organismo. Mas não é por meio desta força que chegarei ao meu Deus. Se assim fosse, também o alcançariam “o cavalo e a mula que não têm inteligência”, e cujos corpos vivem graças àquela mesma força. Mas existe outra força, que não só vivifica, mas também sensibiliza o corpo que o Senhor me deu, ordenando aos olhos, não que ouçam, mas vejam; e aos ouvidos, não que vejam, mas ouçam; e assim determinou a cada um dos outros sentidos a respectiva posição e atividade. É por meio deles que exerço as diversas funções, sem deixar de ser um único espírito. Ultrapassarei ainda outra força que igualmente o cavalo e a mula possuem, porque também possuem a sensibilidade corporal (AGOSTINHO, 2020, p. 277; X, 7)

Como posto por Agostinho, há os sentidos externos, a visão, o olfato, a audição, o paladar e o tato, porém assim como no homem deve haver um sentido interior

superior nos animais, ainda que, inferior a razão, que por consequência todos os sentidos exteriores se reportem a ele. Os animais percebem o que os objetos têm de útil ou repulsivo. Porém, esse sentido interno ainda não é a razão, diferenciando o homem dos animais comuns, e por sua vez deve ser ultrapassado, assim, o conhecimento que se sobreporia ao ser e à vida como um terceiro termo, decompõe-se em três termos hierarquizados: sentido exterior, sentido interior, razão (NOVAES, 2009).

Em síntese, o sentido exterior é nada mais que o que percebe a matéria, já o sentido interior:

Dirigi-me então a mim mesmo, e me perguntei: “E tu, quem és”? E respondi: “Um homem”. Tenho à minha disposição um corpo e uma alma, o primeiro é exterior e a outra é interior. A qual dos dois deverei perguntar pelo meu Deus? Através do corpo já o procurei, desde a terra até o céu, até onde pude enviar, como mensageiros, os raios do meu olhar. Mas a parte interior -a alma- é superior ao corpo. A ela, como a quem preside e julga, é que todos os mensageiros do corpo dirigiam as respostas do céu, da terra e de tudo o que neles existe: “Não somos Deus”. E ainda “Foi ele que nos criou”. O homem interior conheceu tais fatos graças ao homem exterior. Eu os conheci, eu, o espírito, graças aos sentidos do corpo (AGOSTINHO, 2020, p. 276; X, 6.).

O sentido interior dirige e julga o sentido exterior, é ele quem comanda onde a visão deve focar sua atenção, onde a audição deve se manter atenta e assim por diante. Logo, não restam dúvidas que aquele que julga é superior àquilo que é julgado. Sendo assim, os sentidos internos são superiores aos sentidos externos.

Razão

Nesse mesmo sentido podemos aplicar a mesma regra a razão. Contudo, não em uma perspectiva hierárquica, mas como uma ferramenta, pois a razão não só implica o sentido interno, vai além, julga-o. Pois foi ela que discerniu os sentidos externos dos internos, os classificou e hierarquizou. Nada disso seria possível sem que a razão pudesse julgá-los.

Entre Agostinho e as escolas filosóficas antigas, estabelece-se um consenso sobre que a razão está a serviço do que se chama geralmente de “a salvação da alma”. O primeiro passo da razão será afirmar a si mesma provando ser possível saber alguma coisa, assim, Agostinho, estabelece a possibilidade da certeza em geral, o

que o faz através da certeza de sua própria existência ou, como é mais conhecido, o “cogito agostiniano”.

A partir disso, Agostinho nos mostra que existe algo de mais elevado que a nossa razão e que mereça ser chamado de Deus, a prova disso está na percepção de que a razão reconhece a existência de uma verdade construída por ela, porém, além dela, e, ao mesmo tempo, comum a todos.

Todo apelo à atenção a si é também um apelo a Deus. A verdade está no interior do homem e pode ser conhecida através da razão, mas também está acima, pois Deus é a própria Verdade. É a verdade a qual a razão deve se curvar e reconhecer. Nesse sentido, sobre o papel da memória o filósofo disserta que:

“Ultrapassarei então essas minhas energias naturais, subindo passo a passo até aquele que me criou. Chegarei assim ao campo e aos vastos palácios da memória, onde se encontram os inúmeros tesouros de imagens de todos os gêneros, trazidas pela percepção. Aí também depositada toda a atividade de nossa mente, que aumenta, diminui ou transforma, de modos diversos, o que os sentidos atingiram, e, também tudo o que foi guardado e ainda não foi absorvido e sepultado no esquecimento. Quando aí me encontro, posso convocar as imagens que quero (AGOSTINHO, 2020, p. 278; X, 8).”

O homem tem a memória em comum com os animais que é a habilidade de ligar imagens guardadas com coisas captadas pelos sentidos externos, os quais são lembrados e elaborados diversas vezes em nossa mente até que signifiquem algo. Sendo assim, os sentidos do corpo são como “janelas da mente”, afinal, está no interior aquele que vê, julga e organiza o que se passa através dela. Quanto e por *verdade* compreende-se em Agostinho algo que:

Não parece se desvincular da ideia daquilo que é fixo e imutável; além disso, parece também evidente que a fé amplia ou aumenta o poder da razão para compreender as coisas. Parece que quando algo foge à razão humana, a fé colabora para auxiliar a compreensão; fé e razão em Agostinho contribuem, portanto, para o conhecimento: “fé adverte a razão exatamente de sua temporalidade, isto é, de que ela é incapaz de ver o porquê esta incapacidade pode dar lugar, no futuro, a uma visão (SOUTO, VICENTE, 2022, p. 56)

Na busca da verdade é imprescindível percorrer o caminho da memória e entender o que ela é. Nas palavras de Souto e Vicente, o conceito de memória em Agostinho “funda inúmeros conceitos posteriores a ele que tratam desse tema, entende a memória como um tópos. Esse lugar, é dado como um explorador que conta com a possibilidade de haver lugares secretos” (2022, p. 58).

A memória trabalha da seguinte forma, capta sensivelmente a realidade das coisas, sendo o conhecimento um *reconhecimento*. Após o objeto ser captado pelos sentidos cabe a memória não só guardar o que foi captado pelos sentidos, mas também de organizar e ordenar. Além das impressões captadas pelos sentidos, a memória também guarda e lembra de ideias obtidas pelo ensino, a gramática, as leis da natureza, os números, estados emocionais, suas experiências e opiniões. Tornando-se assim consciência de si o que leva o filósofo patrístico dissertar que:

Grande é o poder da memória, Senhor; tem algo de terrível, uma infinita e profunda complexidade. Mas isto é o espírito, isto sou eu próprio. Que sou eu, então, ó meu Deus? Qual minha natureza? Uma vida variada e multiforme, imensamente ampla. Eis-me nos campos, nas cavernas e nos inumeráveis recessos da minha memória, repletos de todo gênero de objetos, presentes ou em imagens – como no caso dos corpos – ou em si mesmas, quando se trata das ciências, ou ainda através de não sei que noções e sinais, como acontece com os sentimentos da alma (a memória os conserva mesmo quando o espírito não mais os experimenta, embora tudo o que está na memória se encontre no espírito). Percorro todas essas paragens, voando por aqui e por ali, e penetro o mais longe que posso, sem encontrar limites, tão grande é a força da memória, tão grande a força da vida do homem, que, no entanto, é mortal (AGOSTINHO, 2020, p. 289; X, 17).

O conhecimento em Agostinho é uma questão de autoconsciência, assim a memória passa a ser sinônimo de consciência de si, sendo a memória o espírito e o próprio eu, e mais do que potência da alma *é a própria alma em ato*.

No ato é que se torna o que se é, a alma consciente de si não é senão a memória de si mesma. Logo, a memória nos mostra não só a existência do espírito, mas sim e também a sua transcendência. Sendo assim concluí-se que a capacidade de conhecer Deus, pertence também à memória e, é lá onde todo conhecimento começa:

A ignorância de si é, pois, simplesmente esquecimento de si, e o conhecimento de si nada mais é do que memória de si. A alma se conhece mesmo quando não pensa em si. Por fim, quando pensa em si mesma, nada mais faz do que recordar-se de si (FITZGERALD, 2019, p. 657).

Entendida tal hierarquização posta por Agostinho, fica claro que, o que há de melhor no homem, não pode ser inferior ao homem, pois, buscar algo inferior é diminuir-se da mesma forma poderíamos dizer que o que há de melhor no homem seria o próprio homem. O Homem é formado por corpo e alma, visto que, a alma anima o corpo proporcionando vida e movimento. Portanto, a alma é superior ao corpo, e

sendo assim se houver algo de superior ao homem não poderia ser o corpo que nada mais é que algo corruptível, assim a alma e seus atributos ou a própria alma é o que há de mais elevado no homem, através dessa compreensão o filósofo exterioriza que *“amar o material e o perecível é materializar-se e condenar-se a perecer; amar o eterno é, ao contrário, eternizar-se; amar Deus é tornar-se ele”* (AGOSTINHO, 2020 p. 26).

A progressão hierárquica demonstrada por Agostinho, além de se apresentar ascendentemente é representada como vetor interiorizante, Agostinho nos mostra que, um degrau é superior ao outro ao ponto que nos leva ao verdadeiro *ser* e a pura identidade. Se no homem está a presença divina, é nele que se inicia a busca, no homem interior, lugar que antecede a presença divina, pois, não podemos esperar que o homem apreenda completamente o que é Deus.

Exatamente porque a introspecção é uma exigência na procura do conhecimento de Deus, é preciso procurar o que é “interior ao íntimo”. O fato de a verdade habitar o homem interior não quer dizer que ele encontre em si mesmo o seu fundamento; antes, a presença da verdade transcendente é que sustenta o homem interior. Agostinho não supõe que o homem seja divino, que seja capaz de obter de si, automaticamente, meios para conhecer a verdade, o supremo bem (NOVAES, 2009, p. 203).

A caracterização da alma como interior requer uma compreensão de Deus como máxima interioridade, pois a reflexão da alma racional sobre si mesma será caracterizada como um vetor interiorizante, logo, a interioridade será afirmada em absoluto como interioridade de Deus e não como interioridade do Homem de forma que será “a perfeita interioridade de Deus consigo mesmo, pois ela será o lugar de conciliação entre infinitude do Criador de criaturas finitas e a finitude de um Deus perfeitamente idêntico a si mesmo” (SOUTO, 2022, p.100).

Por fim, trilhemos de forma abreviada este caminho pendular, tentando demonstrar e expondo o papel da fala e sua distinção com a prece.

Para Agostinho a fala tem duas finalidades, ensinar ou recordar. Porém, na prece nos dirigimos a Deus, que nada tem a aprender ou recordar. Então concluímos que as palavras (signos) são dirigidas para o exterior, ao contrário da prece dirigida para o interior.

Falar está no regime da exterioridade, pois quem fala faz exteriormente um signo de sua vontade através de um som articulado: Mas Deus deve ser procurado e deprecado nos segredos da alma racional, que se chama homem interior (NOVAES, 2009, p. 76).

O aspecto a ser investigado é a diferença entre a linguagem como exteriorização e a prece como interiorização, a linguagem com o uso de signos buscamos a remeter alguma coisa (“res”), já na prece o homem não faz o uso de signos, “o que o homem apresenta são as coisas mesmas, intimamente, isto é, os sentimentos ou pensamentos que dirige a Deus (NOVAES, 2009, p. 77)”. Assim, pode-se dizer igualmente que:

Com isso, a distância entre signo e significado, tomada em geral como distância entre a palavra exterior e o conhecimento interior, embora vazada em vocabulário estoico, vem a ser pensada em termos de uma ontologia platônica. O terreno e inferior é signo do celeste e superior, o carnal é signo do espiritual, o sensível é signo do inteligível. Deste modo, a aproximação da interioridade requer uma análise que procura no sensível, para depois examiná-los no inteligível. Assim é com a luz que banha o mundo corpóreo e permite que os olhos vejam, e a luz inteligível, que ilumina a razão para reconhecer verdades e valores (NOVAES, 2009, p. 83).

A interioridade não será alcançada por meio de regras intrínsecas à alma, pelo contrário, a alma deverá ir ao encontro de Deus, através de regras que transcendem a sua própria dinâmica.

Beatitude

Agora que está claro que o que deve ser buscado seja algo superior ao homem, concluímos que Agostinho procura um bem que venha satisfazer todo o desejo e, por consequência, algo que lhe confira a paz de forma que o filósofo relembra continuamente que “amar o material e o perecível é materializar-se e condenar-se a perecer; amar o eterno é, ao contrário, eternizar-se; amar Deus é tornar-se ele (GILSON, 2010, p. 26).”

Sendo assim, a beatitude a qual Agostinho nos apresenta é inseparável da verdade, a ponto de podermos dizer que ela é o conhecimento da verdade. A alma se conhecendo e sabendo o que ela é, busca viver de acordo com sua verdadeira natureza e se colocando no lugar que lhe convém: abaixo d’Aquele a quem deve se submeter, acima do que deve dominar; acima do corpo e abaixo de Deus.

Então aquele que tem Deus é feliz e o desejo de Deus é a única via que conduz a beatitude, sendo assim, a sabedoria leva a beatitude e a beatitude leva a Deus e a

verdade absoluta, sendo a contemplação da verdade/Deus condição indispensável para a beatitude.

Considerações finais

Após Agostinho investigar a natureza da alma e sua relação com Deus ele chega à conclusão de que a interioridade é um processo de introspecção e autoconhecimento que nos leva ao encontro da verdade, ou seja, Deus. Pois a verdadeira salvação só pode ser alcançada através da exploração profunda da alma e do reconhecimento divino dentro e acima da alma de cada indivíduo, sendo assim, o movimento pendular da interioridade passa a ser essencial para a jornada espiritual do homem, sendo alcançada por meio da contemplação, da oração ou confissão, e da busca da verdade dentro de si mesmo.

Concluí-se então que a introspecção agostiniana, fundamentada na reflexão sobre a alma humana e sua relação com Deus, nos traz uma compreensão holística da condição humana incentivando a contínua exploração das profundezas da alma e da busca de Deus (verdade).

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. Editora Paulus, 9 ed, 2020.

FITZGERALD, A. **Agostinho Através dos Tempos: uma Enciclopédia**. Editora Paulus, 2019.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2 ed, 2010.

NOVAES, Moacyr. **A Razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho**. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2 ed., 2009.

SOUTO, Ana Kelly; VICENTE, José João barbosa. PPGFIL-Universidade estadual do ceará, Fortaleza: Revista de Filosofia – **Polymatheia** - Volume 15 – Número 2, jul./dez. 2022.